



ANEXO V – RELAÇÃO DE NORMAS

Elaboração de Projetos de Engenharia à implantação do VLT

1) LEIS, DECRETOS E RESOLUÇÃO:

- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
- Lei Orgânica do Município de São Paulo;
- Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências;
- Lei Federal nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, que institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública;
- Lei Federal nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que institui a Política Nacional de Mobilidade Urbana;
- Lei Federal nº 13.089, de 23 de janeiro de 2015, que Institui o Estatuto da Metrôpole;
- Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos;
- Lei Federal nº 14.273, de 23 de dezembro de 2021, conhecida como Lei das Ferrovias;
- Lei Municipal nº 13.241, de 12 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a organização dos serviços do Sistema de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros na Cidade de São Paulo e autoriza o Poder Público a delegar a sua execução;
- Lei Municipal nº 13.278, de 7 de janeiro de 2002, que dispõe sobre normas específicas em matéria de licitação e contratos administrativos no âmbito do Município de São Paulo;
- Lei Municipal nº 14.517, de 16 de outubro de 2007, que institui o Programa Municipal de Parcerias Público-Privadas, cria a Companhia São Paulo de Parcerias - SPP e dá outras providências;



- Lei Municipal nº 14.933, de 5 de junho de 2009, que institui a Política de Mudança do Clima no Município de São Paulo;
- Lei Municipal nº 16.050, de 31 de julho de 2014, que institui o Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo;
- Lei Municipal nº 16.402, de 23 de março de 2016, que disciplina o parcelamento, o uso e a ocupação do solo no Município de São Paulo;
- Lei Municipal nº. 16.703, de 4 de outubro de 2017, que disciplina as concessões e permissões de serviços, obras e bens públicos que serão realizadas no âmbito do Plano Municipal de Desestatização - PMD; introduz alterações na Lei nº. 16.211, de 27 de maio de 2015;
- Lei Municipal nº. 17.332, de 24 de março de 2020, que cria o polo Triângulo SP de atratividade social, cultural e turística;
- Lei Municipal nº. 17.577, de 20 de julho de 2021, que institui o Programa Requalifica Centro;
- Lei Municipal nº. 17.844, de 14 de setembro de 2022, que institui a Área de Intervenção Urbana (AIU) do Setor Central do Município de São Paulo;
- Decreto Federal nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, que regulamenta as Leis nos 10.048/2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098/2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida;
- Decreto Municipal nº. 56.834, de 24 de fevereiro de 2016, que institui o Plano Municipal de Mobilidade Urbana de São Paulo (PlanMob);
- Decreto Municipal nº. 57.678, de 04 de maio de 2017, que dispõe sobre o Procedimento de Manifestação de Interesse para a apresentação de projetos, levantamentos, investigações ou estudos, por pessoa física ou jurídica de direito privado, a serem utilizados pela Administração Pública Municipal;
- Decreto Municipal nº. 58.200, de 19 de abril de 2018, que confere nova regulamentação à Lei nº 13.241, de 12 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a organização dos serviços do Sistema de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros na Cidade de São Paulo e autoriza o Poder Público a delegar a sua execução;



- Decreto Municipal nº. 58.639, de 22 de fevereiro de 2019, que dispõe sobre a consolidação e atualização das normas sobre Bilhete Único;
- Decreto Municipal nº. 61.814, de 15 de setembro de 2022, que institui o Comitê Intersecretarial #Tudospelocentro;
- Decreto Municipal nº. 62.057, de 22 de fevereiro de 2019, que restabelece o benefício da gratuidade aos passageiros do Sistema de Transporte Coletivo Público de Passageiros aos que possuem idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos no Município de São Paulo;
- Decreto Municipal nº. 62.100, de 27 de dezembro de 2022, dispõe sobre normas de licitação e contratos administrativos para a Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Município de São Paulo, nos termos previstos na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como consolida a regulamentação da matéria em âmbito municipal;
- Resolução nº 5.974, de 21 de março de 2022, da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), que dispõe sobre o Transporte Ferroviário de Passageiros.
- Resolução nº 585, de 23 de março de 2016, do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN), que dispõe sobre os requisitos de segurança, identificação, habilitação dos condutores e sinalização viária para os Veículos Leves sobre Trilhos – VLT;
- Resolução nº 738, de 6 de setembro de 2018, do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN), que estabelece os padrões e critérios para a instalação de faixa elevada para travessia de pedestres em vias públicas;
- Resolução nº 973, de 18 de julho de 2022, do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN), que institui o Regulamento de Sinalização Viária.

2) NORMAS E INSTRUÇÕES

- AASHTO (2001) A Policy on Geometric Design of Highways and Streets.; American Association of State Highway and Transportation Officials, Washington, D. C. ;
- AASHTO (2010) Guide for the Planning, Design, and Operation of Pedestrian Facilities; American Association of State Highway and Transportation Officials, Washington, D. C.;



- ABCP e FCTH (2013) Projeto Técnico: jardins de chuva. Associação Brasileira de Cimento Portland e Fundação Centro Tecnológico de Hidráulica;
- ABNT (2005) NBR 14039: instalações elétricas de média tensão de 1,0 kV a 36,2 kV. Associação Brasileira de Normas Técnicas, Rio de Janeiro;
- ABNT (2005) NBR 14021: transporte - acessibilidade no sistema de trem urbano ou metropolitano. Associação Brasileira de Normas Técnicas, Rio de Janeiro;
- ABNT (2008) NBR 14718: guarda-corpos para edificações. Associação Brasileira de Normas Técnicas, Rio de Janeiro;
- ABNT (2008) NBR 5410: instalações elétricas de baixa tensão. Associação Brasileira de Normas Técnicas, Rio de Janeiro;
- ABNT (2011) NBR 14813: sistemas inteligentes de transportes. Associação Brasileira de Normas Técnicas, Rio de Janeiro;
- ABNT (2012) NBR 15129: luminárias para iluminação pública. Associação Brasileira de Normas Técnicas, Rio de Janeiro;
- ABNT (2012) NBR 5101: iluminação pública. Associação Brasileira de Normas Técnicas, Rio de Janeiro;
- ABNT (2015) NBR 9050: acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Associação Brasileira de Normas Técnicas, Rio de Janeiro;
- ABNT (2016) NBR 16537: acessibilidade - sinalização tátil no piso – diretrizes para elaboração de projetos e instalação. Associação Brasileira de Normas Técnicas, Rio de Janeiro;
- ANTP (2007) Caderno Técnico: integração nos transportes públicos –volume 5. Associação Nacional de Transportes Públicos, Brasília/DF;
- ANTP (2012) Caderno Técnico: sistemas inteligentes de transporte – volume 8. Associação Nacional de Transportes Públicos, Brasília/DF;
- BHTrans (2013) Manual de Medidas Moderadoras de Tráfego;
- Brasil (2006) Cadernos do Programa Brasil Acessível. Ministério das Cidades, Brasília/DF;
- Brasil (2007) Coleção Bicicleta Brasil. Ministério das Cidades, Brasília/DF;



- Brasil (2008) Manual de BRT: guia de planejamento. Ministério das Cidades, Brasília/DF;
- Brasil (2015) Cartilha do Ciclista. Ministério das Cidades, Brasília/ DF;
- Brasil (2016) Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima. Volume 2: estratégias setoriais e temáticas. Ministério do Meio Ambiente, Brasília/DF;
- CET-SP (2015) Manual para Instalação de Paraciclos na Cidade de São Paulo. Companhia de Engenharia de Tráfego, São Paulo;
- CET-SP Definições. Companhia de Engenharia de Tráfego, São Paulo;
- City of Copenhagen (2014) Focus on Cycling: Copenhagen guidelines for the design of road projects. Technical and Environmental Administration Traffic Department. The Bicycle Programme, Copenhagen;
- CONTRAN (2007) Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito: sinalização horizontal. Conselho Nacional de Trânsito, Brasília/DF;
- CONTRAN (2007) Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito: sinalização vertical de regulamentação. Conselho Nacional de Trânsito, Brasília/DF;
- CONTRAN (2014) Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito: sinalização semafórica. Conselho Nacional de Trânsito, Brasília/DF;
- Department for Transport (1994) Horizontal Deflections. Traffic Advisory Leaflet 9/94;
- Department for Transport (2007) Traffic Calming. Local Transport Note 1/07;
- DoELG, DoT e DTO (2003) Traffic Management Guidelines. Department of the Environment and Local Government (DoELG), the Department of Transport (DoT) and the Dublin Transportation Office (DTO), Dublin;
- DOT-NY (2015) Street Design Manual, updated second edition. Department of Transportation, New York City;
- EMBARQ (2015) Segurança Viária em Sistemas Prioritários para Ônibus;
- EMBARQ (2016) O Desenho de Cidades Seguras. World Resources Institute;
- EMBARQ Brasil (2014) Manual de Projetos e Programas para Incentivar o Uso de Bicicletas em Comunidades;
- EMBARQ Brasil (2015) Impactos da Redução dos Limites de Velocidade em Áreas Urbanas.;



- METRO (2007) Design Criteria Manual. Metro Light Rail Transit Projects;
- METROPLAN (2012) Caderno de Soluções Padronizadas. Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS;
- NACTO (2012a) Urban Street Design Guide. National Association of City Transportation Officials, New York;
- NACTO (2012b) Urban Bikeway Design Guide. National Association of City Transportation Officials, New York;
- Oliveira, G. T. de (2016) Caracterização da Demanda de Sistemas de Transporte Público a Partir de Dados de Sistemas de Bilhetagem Eletrônica: um ensaio sobre três aspectos – tempo, comportamento e espaço. Rio de Janeiro: UFRJ/COPPE;
- Tavares, V. B. (2015) Estações BRT: análise das características e componentes para sua qualificação. Faculdade de Engenharia Civil, Universidade Federal do Rio Grande do Sul;
- TfL (2007) A Prototype Wayfinding System for London. Legible London, Transport for London, Londres;
- Transport Scotland (2011) Cycling by Design 2010. Glasgow, Scotland;
- TRB (2010) Highway Capacity Manual. Transportation Research Board, National Research Council, Washington, D. C.;
- TRB (2012) Track Design Handbook for Light Rail Transit. TCRP Report 155; Transportation Research Board, Transit Cooperative Research Program, Washington, D. C.;
- TRB (2013) Transit Capacity and Quality of Service Manual. TCRP Report 165. Transportation Research Board, Transit Cooperative Research Program, Washington, D. C.;
- Vuchic, V. (2007) Urban Transit Systems and Technology. New Jersey: John Wiley & Sons, Inc.